

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO
DE LAMEGO**

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período da ordem do dia.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O **Executivo Municipal** formulou um voto de profundo pesar pelo trágico acidente ocorrido, ontem, com um autocarro na ilha da Madeira que vitimou vinte e nove mortes, devendo o presente voto de pesar ser transmitido ao Governo Regional da Madeira e ao Município de Santa Cruz.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR PARA REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA URGENTE, NO ÂMBITO DO PROJETO DO PARQUE URBANO DE LAMEGO (COD. 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 302/47/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela fica a fazer parte integrante, propondo à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo da alínea vv) do n.º 1

do artigo 33.º da Lei nº 75/13, de 12 de setembro, requerer à Assembleia Municipal de Lamego a aprovação, nos termos n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro (Código de Expropriações), da Declaração de Utilidade Pública de expropriação, com carácter de urgência, dos prédios particulares inscritos na matriz predial rústica sob os artigos nºs 434 e 435, ambos da secção 1B, artigos n.ºs 146, 157, 158 e 235, ambos da secção 1C, e urbana sob os artigos nºs 363 e 1001, da Freguesia Lamego, e de todos os direitos a eles inerentes por necessários à execução do projeto “Parque Urbano de Lamego”.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que não se lembra de ter vindo à reunião do Executivo, para aprovação, os relatórios de avaliação elaborados por perito da lista oficial destas parcelas de terreno, assim como não tem conhecimento se houve negociação por via do direito privado. Considera, ainda, na sua perspetiva, que a proposta está mal formalizada, ou seja, tem dúvidas se a competência da declaração de utilidade pública se é da Assembleia Municipal, ou da DGAL.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** referiu que também tem algumas dúvidas, relativamente à tramitação deste processo. Disse que importa saber se esta medida em concreto se se trata de concretizar o Plano de Urbanização e/ou o Plano de Pormenor da cidade de Lamego. Crê que os mesmos preveem para aquela área exatamente uma zona de equipamento urbano, pelo que se assim for parecer que é da competência da Assembleia Municipal, se assim não for, não é.

Considera, por isso, que esta questão não está devidamente esclarecida e as apreensões do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues são legítimas, mas podem não ter fundamento, pelo que, a seu ver, este processo carece de uma informação ou parecer jurídico, o que sugeriu que fosse feito. No entanto, e tendo em conta que a Assembleia Municipal se realiza em breve, não vai inviabilizar a sua remessa à Assembleia, para avançar com o processo de aquisição de terrenos, com vista à concretização de uma obra aprovada por unanimidade.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** estando de acordo com o senhor Vereador António Pinto Carreira, sugeriu que, por uma questão de cautela, este assunto fosse remetido à Assembleia Municipal, tendo em conta a urgência do mesmo, e o órgão deliberativo se não for competente para apreciar o processo que se pronuncie nesse sentido, assim evita-se estar a agendar uma Assembleia Municipal extraordinária só par este efeito.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** disse que, relativamente a este assunto, corrobora das palavras proferidas anteriormente pelo senhor Vereador António Pinto Carreira.

O senhor **Presidente da Câmara** começou por responder ao senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, dizendo que este assunto foi objeto de esclarecimento na última reunião de Câmara, na qual aquele se fez representar, tendo sido aprovado o início do processo por negociação do direito privado, sendo que os relatórios de avaliação virão oportunamente à reunião.

Quanto à questão levantada pelos senhores Vereadores, relativa à competência da deliberação, entende que os serviços jurídicos se possam pronunciar, no sentido de dissipar as dúvidas suscitadas, mantendo-se esta proposta de deliberação, atendendo à urgência de deliberar sobre este assunto.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que o espaço em causa está previsto no Plano de Urbanização de Lamego, definida como espaços verdes públicos, mais concretamente Parque Urbano de Lamego.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** referiu que não se opõe a esta proposta, apenas não acha correto que se inicie uma negociação quando a Câmara ainda não aprovou o relatório de avaliação das parcelas em expropriação.

Chamou a atenção para a competência de aprovação desta proposta de declaração de utilidade pública.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** reiterou que não se opõe a que se dê início a este procedimento, condicionado a que seja anexada a esta proposta uma informação jurídica sobre estas dúvidas suscitadas, relativamente à tramitação deste assunto.

O senhor **Presidente da Câmara** complementou a proposta de deliberação aditando o seguinte teor: *“Tendo sido suscitadas dúvidas e reservas quanto à competência da Assembleia Municipal para deliberar sobre esta matéria, deve o presente processo ser, devidamente, esclarecido pelos serviços jurídicos, até à data do envio dos documentos ao órgão deliberativo. A deliberação da Câmara só produzirá efeitos se este assunto for da competência da Assembleia Municipal, caso contrário a mesma não terá eficácia.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, condicionada à verificação da competência a que se refere o aditamento complementado pelo senhor Presidente da Câmara e respetiva consequência.

02-ASSUNTO: CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2018 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO (COD. 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 303/27/2019 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“No seguimento da informação n.º 2486/2019 do Chefe da Divisão de Finanças e Património, e em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei

n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2018, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Assim desta forma propõe-se:

- a) A aprovação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano económico de 2018, por parte da, conforme o disposto da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;*
- b) A aprovação do relatório anual de execução do plano de ajustamento financeiro (PAF) do exercício de 2018, conforme decorre do disposto do artigo 5.º do DL n.º 38/2008, de 7 de março e do disposto no n.º 1 do artigo 12.º do DL n.º 43/2013, de 21 de agosto;*
- c) A aprovação da proposta de aplicação de resultados, que faz parte integrante do relatório de gestão;*
- d) Remeter a prestação de Contas de 2018 ao Tribunal de Contas, até 30 de Abril, obrigatoriamente pela via eletrónica, os documentos de prestação de contas, conforme resulta do n.º 4 do art.º 52.º da LOPTC, bem como da resolução n.º 7/2018;*
- e) Nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estes documentos sejam apreciados e votados pela Assembleia Municipal;*
- f) Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”*

Procedeu-se à continuidade da apreciação da conta de gerência e demais documentos, relativo à gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração: “Esta prestação de contas é da exclusiva responsabilidade da governação socialista e, por isso, traduz as suas opções políticas. Opções políticas que, ao contrário do que tantas vezes foi apregoado, em nada contribuíram para a sustentabilidade financeira do município e para uma gestão transparente e rigorosa, expressão tão cara ao presidente da câmara, bem pelo contrário, como adiante se demonstra.

O Relatório e Contas diz-nos que a receita se elevou a 24.779.928,65€, bem acima dos 20.420.232,82€ de 2017. Ainda assim o prazo de pagamento aos fornecedores e empreiteiros aumentou de 70 para 199 dias, tendo-se regularizado pouco ou quase nada dos compromissos do anterior mandato, e com a agravante de se ter recebido o produto da venda da água e não ter pago às Águas do Norte a sua compra, montante no valor de cerca de dois milhões de euros que em 2019 veio a ser transformado em dívida de longo prazo, aumentando por essa via os empréstimos a prazo.

Não foi cumprido o Plano de Ajustamento Financeiro assinado em 2012/2013, continuando o município em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural.

A taxa de execução orçamental (despesa) atingiu os 84,2% muito à custa da revisão orçamental efectuada no último trimestre aumentando artificialmente a execução em 10%, pois se assim não fosse quedava-se pelos 74,5%, ligeiramente igual ao exercício anterior.

Do lado da receita verifica-se que a taxa de execução elevou-se a 86,7%.

Porém, a derrama diminuiu em 9,8% o que demonstra ausência de estratégia para a criação de riqueza com a fixação de novas empresas e/ou a sua expansão de modo a aumentar o seu volume de negócios como é exemplo o impedimento de uma empresa se expandir em Várzea de Abrunhais com o município a fazer concorrência exercendo o direito de opção na transação de um imóvel.

Verifica-se o aumento das despesas correntes em pessoal e aquisição de bens e serviços, diminuindo a margem disponível para investimento com recursos próprios, nomeadamente o aproveitamento dos fundos comunitários e que traduz uma gestão errada da coisa pública.

Do aumento das despesas como pessoal em mais 14,8%, destaca-se um crêscimo de 67% em pessoal contratado a prazo e mais 82% em avenças, o que se traduz numa gestão inadequada dos recursos humanos. Acresce a esta realidade pessoal em situação de mobilidade sem que corresponda a necessidades dos serviços devidamente demonstradas, que custam ao município muitos milhares de euros mensais e que não se percebe muito bem o que por cá andam a fazer .

Por isso, aumentou a dívida e o passivo, sendo que se a dívida bancária consolidada se eleva em 31/12/2018 a 35.204.920,00€, (-4,2%) a dívida a fornecedores aumentou 31% e eleva-se a 6.510.003,00€.

De igual forma, o passivo, que em 31/12/2017 se elevava a 77.534.154,13€, cifra-se em 31/12/2018 em 85.194.051,51€, tendo acrescido 7,65M€. Importa salientar que se trata de um ritmo de aumento do passivo muito superior à média dos últimos 12 anos (5,6M€/ano).

No que toca aos ativos, Lamego, com esta gestão, está 18,4% mais pobre, porque os ativos desceram de 42.825.605,92€ para 36.171.623,53€.

Relativamente ao PPI, como atrás ficou dito, o que foi executado corresponde às opções políticas do anterior executivo não sendo visível em 2018 qualquer decisão relevante relacionada com investimentos futuros.

No que se refere às delegações de competências e contratos de ajuda financeira ao investimento das Juntas de Freguesia nada de relevante se encontra nestes documentos.

Finalmente, uma constatação que revela pouca clareza e pouca transparência na gestão da coisa pública: a existência de gastos no valor de 1,8 M€ em rubricas genéricas.

Em resumo, esta Prestação de Contas revela:

- agravamento da situação financeira do município;*
- opções políticas pouco claras;*
- violação reiterada da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;*
- aumento da dívida;*
- aumento do passivo;*
- diminuição dos ativos;*
- insustentabilidade;*
- pagamentos sem o visto do Tribunal de Contas e/ou com recusa do visto (Transdev)*
- inépcia e falta de estratégia adequada ao desenvolvimento económico ;*
- Incumprimento do Plano de Ajustamento Financeiro;*
- falta de convergência a receita não cobre a despesa;*
- ausência de estratégia para a convergência da despesa com a receita;*
- a prestação de contas demonstra que o orçamento municipal está muito dependente das receitas extraordinárias, das transferências do estado, da captação e execução de fundos comunitários e dos empréstimos bancários;*
- aumento das despesas correntes, nomeadamente com o pessoal e aquisição de bens e serviços;*
- investimento quase nulo, excepcionando algum que vinha do anterior mandato, e digo algum porque havia obras com procedimentos de contratação a decorrer em que os concursos foram anulados e reabertos apenas e só para diferir no tempo a sua execução;*
- fraco aproveitamento dos fundos comunitários*
- má gestão dos recursos humanos;*
- manutenção, sem resolução, de parte substancial dos compromissos assumidos do anterior executivo;*
- acresce a falta do Relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) e a Certificação das contas, documentos que considero fundamentais, sem os quais o meu voto só pode ser contra.”*

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração:

“Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Quero, desde já, agradecer ao Sr. Presidente por ter concordado que a discussão desta matéria fosse transferida para a reunião do dia de hoje, porque, desse modo, permitiu que todos nós nos pudéssemos debruçar sobre tão importantes documentos e

tivéssemos tido algum tempo para os analisar devidamente. Na verdade, a sua análise não se compadece com pressas, porque atos de responsabilidade exigem reflexão, ponderação e sensatez, qualidades essenciais para quem tem que decidir. Seria uma grande irresponsabilidade se o não fizesse.

Antes de entrar na análise dos documentos, permita-me Sr. Presidente que lhe manifeste a minha surpresa e até estranheza pelo facto de no Relatório & Contas de 2018 não constar um texto, uma justificação, ainda que breve, da sua responsabilidade sobre a gestão feita. Este documento deve conter, porque relata uma concreta atividade de gestão, o anúncio público do que fez, das opções que tomou, dos constrangimentos que se lhe depararam, do que não fez ou não pôde fazer, das dificuldades que teve e dos resultados que obteve. Aliás, o ano de 2018 foi o primeiro e até agora o único exercício económico da responsabilidade exclusiva do executivo em funções, pelo que seria medianamente expectável que tivesse feito esse trabalho, para que os lamecenses pudessem, em consciência, avaliar o seu desempenho, e se as decisões tomadas foram ou não ao encontro dos reais interesses dos lamecenses. Ora, ao não o ter feito, deixa perpassar a ideia de que nada tem para dizer ao fim do primeiro ano completo do mandado que lhe foi conferido. Essa é a prática corrente e que se vê em todos os documentos de igual natureza, mesmo na atividade privada, pelo que na atividade pública tal exigência é, ainda, mais premente. Todos os relatórios devem conter, como disse, uma justificação das orientações seguidas e também a justificação das contas apresentadas. Nada disso foi feito. Por isso, fica o registo deste lamento, devendo dizer-lhe que se estivesse no seu lugar não deixaria de o fazer.

Sr. Presidente:

Senhores Vereadores:

Não me cabe, na qualidade de vereador por em causa o teor e o rigor dos documentos que suportam o relatório e contas apresentado. Não devo, nem tenho esse direito.

E é sobre os documentos apresentados, bem como o que revelam quanto à gestão do ano de 2018, que devo deixar a minha pronúncia.

E, devo, dizer, antes de mais que estou muito preocupado com o que li e analisei, porque entendo que foi um ano desperdiçado, como irei tentar demonstrar. Nada foi feito, e o que foi feito foi mal feito, porque o que se verificou foi um agravamento da situação financeira do Município de Lamego.

Da análise dos documentos, e que as contas de 2018 demonstram importará reter, em síntese, o seguinte:

Formalmente o documento apresenta erros de paginação, nomeadamente pág. 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26, voltando a paginar de seguida o documento com os

números, 17, 18, 19 e segs., o que pode induzir a leituras incoerentes com conclusões que poderão não estar certas. Parece-me, no mínimo deselegante que se remeta tal documento à Assembleia Municipal sem expurgar esses erros, quer ele venha a merecer ou não a aprovação deste órgão executivo. Por outro lado, parecem-me espúrias e sem significado, a não ser político, as referências à Lamego Renova S.A., quando juridicamente já não existe, por força da sua dissolução e internalização, mais do que consolidadas na ordem jurídica.

Do ponto de vista substantivo, considera-se o seguinte:

As receitas obtidas atingiram o interessante montante de € 24.779.928,65 (Pág. designada em primeiro lugar com o nº 25 do relatório e contas), com inclusão de um empréstimo de curto prazo no valor de € 700.000,00, o que é bastante superior à receita obtida em 2017, num montante de cerca de € 2.500.000,00.

Decompondo parte da receita temos o seguinte:

- As receitas correntes elevaram-se ao montante de € 19.553.914,02, enquanto que as receitas de capital se fixaram na quantia de € 4.386.759,52.

- Impostos diretos: € 4.879.962,51, representando mais de € 500.000,00, em relação ao ano de 2017, receita repartida pelo IMI, IUC, IMT, SISA e Derrama. A este propósito, convém aqui recordar que, tendo o executivo em funções referido “município de lamego amigo do contribuinte”, a verdade é que a redução das receitas do IMI se cifraram na quantia de € 11.000,00 a menos em relação ao ano de 2017, o que se deve ter traduzido no pagamento de uns centimos a menos aos contribuintes.

- Impostos indiretos: € 374.864,50, o que representa um acréscimo a mais em relação ao ano anterior de cerca de € 9.000,00.

- Venda de património: A previsão no orçamento para 2018 era de € 1.600.000,00 e ficou-se pelo valor miserável de € 92.372,82, o que vem de encontro ao alerta que aqui havia deixado quando da discussão do orçamento para 2018, o que representa uma execução de, apenas, 5,77%. Porém, o atual executivo fez o contrário ao decidir adquirir um imóvel, por uma valor superior aquele, cuja utilização e aproveitamento são muito discutíveis. Aqui, transcrevo o que se diz no relatório (pág. 31): “Tendo em consideração (...), é recomendável que o órgão executivo e deliberativo devem observar um maior rigor na aprovação dos orçamentos”, não devendo empolar receitas que sabem que não vão obter de modo nenhum, e que, são por isso, fantasiosas, acrescentamos nós.

Por sua vez, do lado da despesa, resulta como principal preocupação as despesas com o pessoal que do ano de 2017 no montante de € 5.177.846,00 passam para o valor de € 5.944.961,00, o que representa um acréscimo na ordem de € 767.115,00, ou seja uma média a mais de cerca de € 64.000,00, por mês. E este facto começa a ser uma grande

preocupação para o futuro, quando é certo que o Município de Lamego se encontrava abaixo da média nacional da contratação de pessoal. Neste momento são cerca de 300 os trabalhadores do Município, quando em 2010 eram cerca de 200. E não se diga que tal resultado é consequência do descongelamento dos salários, ou da integração de pessoal que anteriormente estava afeto às Associações de Freguesias e que aqui cessaram os seus contratos por cedência de interesse público. Para tanto, basta ler o que diz o relatório: “Em comparação com o ano anterior, na rubrica pessoal contratado a termo, verificamos um aumento de €. 170.076,00 (+67%). Na rubrica pessoal em regime de tarefa ou avença, um aumento acentuado no montante de mais de €. 68.740,00 (+82%). Assim, no total do pessoal os gastos com remunerações de pessoa aumentaram 52,1%.” Apesar das restrições legais de contratação de pessoal, tem este executivo recorrido ao regime encapotado da tarefa ou avença, porque analisando cada um deles, não podemos deixar de concluir que os mesmos traduzem verdadeiros contratos de trabalho subordinado para atividades cujo resultado se ignoram em concreto e de utilidade duvidosa.

Daqui se infere que grande parte do aumento da receita foi para prover a despesas com pessoal. Tais despesas, porque correntes e não utilizadas no investimento não se traduziram na melhoria das condições de vida dos lamecenses, porque não se vê obra feita ou em execução, a não ser as que já vinham do anterior executivo. Ou seja a referida esperança de que as receitas obtidas seriam destinadas ao benefício dos lamecenses, gorou-se por completo.

Preocupante é também a nota que o Relatório deixa expressa a fls. 21 da primeira numeração quando aborda o assunto do prazo médio de pagamento a fornecedores.

O prazo médio de pagamento a fornecedores passou de um excelente número de 57 no início do ano de 2018 para o assustador número de 199, o que viola a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Diz-se, nesse documento na página 22 o seguinte: “No período compreendido entre 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018, os pagamentos em atraso, reportados pelo Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais à Direção Geral das Autarquias Locais evidenciam o incumprimento do disposto no art.º 7º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, verificando-se ao longo da execução orçamental um aumento dos pagamentos em atraso...” e “Em 31.12.2018, o Município de Lamego tem faturas vencidas a mais de 90 dias, posteriores à data de vencimento registada no documento ou pré-acordada com fornecedores...”

Quanto ao passivo do Município:

Quanto a esta matéria poderemos dividir o passivo em partes:

- *Empréstimos exigível a médio e longo prazo (2020-2035): A evolução aqui é, como era de esperar favorável, tendo descido cerca de 10% de 2017 para 2018, ou seja de €.* 28.707.768,95 *para €.* 26.136.618,76.

- *Dívida a terceiros – curto médio e longo prazo: A dívida a fornecedores aumentou 31%, de €.* 4.962.083,00 *para €.* 6.510.039,00 (Pág. 55) *deteriorando o prazo médio de pagamentos e entrando em incumprimento e, por isso, violando a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.*

- *Dívida total do município de Lamego: A dívida total do município desceu de €.* 36.754.755 *para €.* 35.204.920, *podendo concluir-se, sem margem para dúvidas que a dívida desceu por amortização dos empréstimos à banca, mas sobe por aumentar a dívida a fornecedores. E é este o valor da dívida e não outro, como, tantas vezes se tem dito.*

- *Passivo total do município: O que é verdade e que os documentos revelam é que o passivo do município, que em 31 de dezembro de 2017 era de €.* 77.534.154,13, *passou, em 31 de dezembro de 2018, para €.* 85.194.051,51€, *ou seja, o passivo aumentou durante o ano de 2018.*

Sobre esta matéria não vale a pena fazer “chicane política” ou devaneios e interpretações a gosto e casuísticas, porque os números são o que são e indicam o que indicam, não podendo ser alterados. Também nesta matéria já em tempos fiz a pronúncia que achei por bem fazer, pelo que não vale a pena voltar ao assunto, para não me maçar, nem maçar ninguém.

Concluindo:

Como Warren Buffet disse um dia: “O melhor julgamento que podemos fazer sobre a competência da gestão não depende daquilo que as pessoas dizem, mas simplesmente o que é que os resultados dizem”.

Os resultados que os documentos analisados não dizem é que se deva estar de acordo com o que dizem as pessoas. Pelo contrário, eles dizem que não devemos estar de acordo com o que dizem. Uma coisa é o que dizem, outra bem diferente é o resultado que os documentos evidenciam com clareza meridiana.

Por isso, o sentido de voto de cada um dos membros deste órgão executivo tem também uma leitura de natureza política. Ao votar favoravelmente a prestação de contas e relatório de gestão estaria a dar a minha concordância à gestão feita pelo executivo em funções. Não podendo, pelas razões que acima aduzi, concordar com a gestão feita, por entender, como disse no início que foi um ano perdido, também não posso dar o meu aval ao mesmo relatório de gestão e prestação de contas, pelo que o meu sentido de voto só pode ser contra.”

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** proferiu a seguinte declaração: *“As contas apresentadas refletem as opções políticas do Executivo P.S que neste momento gere a Câmara Municipal e demonstram, na minha perspetiva, uma falta de controlo da despesa veja-se por exemplo o aumento da despesa com o pessoal nomeadamente nos que respeita aos contratados a termo e em funções de avença ou tarefa. São números que demonstram opções políticas difíceis de explicar e revelam que a gestão socialista da Câmara de Lamego, apesar de terem iniciado as suas funções com menos dois milhões e duzentos mil euros em virtude da antecipação de receitas, não tem conseguido tomar as medidas necessárias para controlar e estancar a despesa, pois seria expectável e de acordo com o que foi propagandeado que este executivo fosse mais rigoroso no controlo financeiro. O Revisor Oficial de Contas, na última reunião deste Executivo, fez uma apresentação das contas e deu os esclarecimentos que considerou necessários e que lhe foram solicitados, acabando por concluir que iria emitir uma certificação legal de contas apesar de conter algumas reservas em determinadas áreas. O ROC não colocou esta sua posição por escrito porque entende que apenas o poderá fazer após a aprovação das contas neste órgão e se tal vier a suceder. Perante isto concluo que as contas apresentadas bem como os documentos que as acompanham estão de acordo e traduzem a gestão financeira do Município por parte deste executivo e que é a sua inteira responsabilidade, fica assim apenas a discussão e as considerações políticas que cada um entender fazer, e neste campo, assumo a divergência com algumas delas, mas no que se refere às contas estando avalizadas pela posição já assumida pelo ROC, em coerência com a minha posição assumida aquando da aprovação do orçamento e de acordo com o que ficou sobredito não poderei votar favoravelmente estas contas. Voto pela Abstenção.”*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu a seguinte declaração:

“Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores,

O desempenho financeiro do município de Lamego no ano de 2018 foi excelente!

Excelente sob a perspetiva das receitas cobradas que atingiram, com operações de tesouraria, 24.779.928,65€ (Pag. 25 do Relatório & Contas), muito superior aos 20.420.186,01€ de receita cobrada em 2017.

Falamos, portanto, de mais de 2 milhões de euros por mês, ou seja, mais exatamente 2.065.000€ por mês, significando 93.864€ por dia útil, que foram geridos (muito mal geridos e muito mal gastos!) pelo actual executivo socialista.

Estão por isso de parabéns os Lamecenses que em impostos diretos (aumento de 12,0%, o valor mais elevado dos últimos 4 anos – Pág. 25) e bens e serviços correntes pagos ao

município (aumento de 9,3% - Pág. 20) contribuíram largamente para este aumento de cerca de 4 milhões de euros na receita municipal.

Perante este cenário poder-se-ia, então, deduzir, que com tão expressivo aumento da receita, a situação financeira do município terá melhorado visivelmente.

Conclusão errada!

Quando analisada pela perspetiva da despesa, aquela que depende das decisões, das indecisões, das vontades, dos caprichos, dos erros e das levandades do senhor Presidente da Câmara e dos vereadores socialistas, a realização de despesa revelou-se um verdadeiro descalabro e em virtude disso a situação financeira do município tem vindo a degradar-se gravemente.

Dirão os Lamecenses: se nós contribuímos com mais dinheiro, muito mais dinheiro, do que nos anos anteriores e se a câmara não fez obras, não fez mesmo nenhuma obra, exceptuando as que vinham do mandato anterior e bem financiadas com fundos comunitários e contrato programa com o Ministério da Educação, como é o caso da Escola Latino Coelho, então a situação financeira do município de Lamego só pode ter melhorado?!

No mundo da política decente e transparente com toda a certeza que seria assim.

Mas não na gestão deste presidente da Câmara. Senão vejamos:

1 -Prazo de pagamento a fornecedores e empreiteiros:

Aumento do prazo médio de pagamento de 70 para 199 dias (Pág. 21) e criação de dívidas a mais de 90 dias, em violação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - “No período compreendido entre 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018, os pagamentos em atraso, reportados pelo Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais à Direção Geral das Autarquias Locais evidenciam o incumprimento do disposto no art.º 7º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, verificando-se ao longo da execução orçamental um aumento dos pagamentos em atraso...” e “Em 31.12.2018, o Município de Lamego tem faturas vencidas a mais de 90 dias, posteriores à data de vencimento registada no documento ou pré-acordada com fornecedores...” – Pág. 22 do Relatório.

Esta situação assume especial gravidade com o incumprimento dos pagamentos com as Águas do Norte S.A., sendo esta dívida ilegal por violar a LCPA e ser fortemente lesiva dos interesses do município acarretando milhares de euros de juros e encargos para os próximos 15 anos, sem qualquer contrapartida para os Lamecenses que vão pagar no futuro algo que já foi para o esgoto.

2 - PAF – Plano de Ajustamento Financeiro

No âmbito do PAF e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o município tem três obrigações principais, que são (i) reduzir o excesso de endividamento em 10% ou mais em cada ano, (ii) não aumentar a dívida a fornecedores e (iii) não ter dívidas vencidas há mais de 90 dias.

Desde a publicação da LCPA e aprovação do PAF que o município de Lamego sempre cumpriu com estas obrigações. Só que, chegados a 2018, com esta gestão socialista, tal como referido na Pág. 22 do Relatório:

"O município de Lamego não está a cumprir (o PAF), o que conforme se poderá concluir mais adiante, o município de Lamego continua com uma situação de desequilíbrio conjuntural."

3 - Derrama

Verificou-se uma redução de 9,8% da derrama (pág. 25), fruto da falta de visão estratégica para o concelho, da falta de apoio às empresas e aos empresários e da falta de investimento em equipamentos e infraestruturas fundamentais ao desenvolvimento económico de Lamego.

4 - Equilíbrio orçamental

O município de Lamego está sujeito à lei e a lei determina que os orçamentos tenham que ser equilibrados. Assim, o equilíbrio orçamental depende do cumprimento de duas regras, nomeadamente a regra clássica do equilíbrio formal, estabelecida no art.º 40º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, do RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, bem como com a regra do equilíbrio corrente.

A primeira determina que as receitas orçamentais devem cobrir todas as despesas e a segunda estipula que a receita corrente bruta deve cobrir a despesa corrente, acrescida das amortizações.

O município de Lamego sempre cumpriu as regras do equilíbrio orçamental, isto até 2018, altura em que "a regra do equilíbrio orçamental não foi observada na elaboração do orçamento, com estimativas de receita insuficientes para cobrir a despesa, mas também a sua execução, com receita muito inferior à despesa. Nestes termos, verifica-se o incumprimento da regra do equilíbrio orçamental definida no nº2 do artº 40 da lei 73/2013, de 3 de setembro." (Pág. 27 e 28.)

Recomenda ainda o Relatório "que o órgão executivo e deliberativo devem observar um maior rigor na aprovação dos orçamentos municipais."

Da minha parte já o fiz, votando contra o orçamento e avisando quais seriam os pontos em que a execução orçamental falharia, como falhou: na venda de património e na venda de bens e serviços correntes.

5 - Estrutura da despesa municipal

Segundo o que se lê na pág. 34 do Relatório "...verifica-se a tendência para as despesas correntes do município assumir-se como despesas fixas e permanentes (...) essencialmente por o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços ser rígida e tendencialmente estar a aumentar. (...) Neste contexto, podemos concluir a margem reduzida do município ter capacidade para efetuar despesa de investimento com recursos próprios, inclusive com comparticipação comunitária."

A opção do senhor Presidente foi a de aumentar a despesa corrente, ao invés de executar os investimentos aprovados com fundos comunitários.

As despesas de investimento fazem-se uma vez e dão frutos durante muito tempo, através das dinâmicas económicas e sociais que criam riqueza. As despesas correntes, comprometem o orçamento de forma irremediável por longos períodos, retirando flexibilidade à gestão municipal.

Conclui-se, portanto, que também nesta matéria o atual executivo socialista optou pela via errada.

6 – Despesas com pessoal

As despesas com pessoal registam um aumento de 14,8% (+767.115€), (Pág. 36), sendo sublinhado que as despesas com o pessoal transferido das Associações de Freguesias teve como contrapartida orçamental a redução das transferências para essas entidades, ou seja, não aumentou a despesa.

O que pesa nas despesas com pessoal é que na "rubrica "Pessoal contratado a termo" verificamos um aumento de 170.076€ (+67%).

Na rubrica "Pessoal em regime de Tarefa ou avença" um acentuado aumento, no montante de 68.740€ (+82%)" (Pag. 40).

Concluimos assim que uma boa parte do aumento da despesa de pessoal, 238.816€ em 2018, vai direitinho para os "boys and gilrs" do Partido Socialista, que custarão aproximadamente UM MILHÃO DE EUROS aos Lamecenses ao longo deste mandato. E ainda a procissão vai no adro, porque em janeiro e fevereiro foram feitas novas contratações...

Este milhão de euros se fosse aplicado em projetos com fundos comunitários a 85% daria para financiar obras no valor aproximado de seis milhões e meio de euros.

Assim, são gastos sem se saber onde nem para quê.

7 – "Falsos recibos verdes"

É também chamada a atenção (pág. 40) para as "fortes restrições de contratação de pessoal e contratos de aquisição de serviços na modalidade de Tarefa e Avença a celebrar com Pessoas Singulares".

Quer isto dizer que os serviços do município alertam para o facto destas contratações constituírem aquilo a que vulgarmente se chama “falsos recibos verdes”, violando o nº 2 do artº 32º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - LTFP e o nº 1 do artº 60 da Lei do Orçamento de Estado.

Ficando ainda por saber, até porque sabemos que existem, quantos familiares haverá nesse grupo de tarefeiros!

8 – Passivo

Para esta análise, dividiremos o apaixonante tema do passivo em:

(i) empréstimos exigível a médio e longo prazo (2020-2035);

(ii) dívida a terceiros – curto médio e longo prazo;

(iii) dívida total do município de Lamego;

(iv) passivo total do município.

(i) A dívida de médio e longo prazo continua e evoluir favoravelmente e dentro daquilo que estava previsto, tendo descido de 34.882.200,05€ em 2016 para 28.707.768,95€ (-17,7%) em 2017 e para 26.136.618,76€ em 2018 (-10%) Pág. 53.

(ii) A dívida a fornecedores aumentou 31%, de 4.962.083€ para 6.510.039€ (Pág. 55) degradando, como já se referiu o prazo médio de pagamentos e entrando em incumprimento com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

A dívida às Águas do Norte foi criada e gerida ilegalmente durante todo o ano de 2018, nunca tendo sido objeto de cabimento, compromisso e requisição;

(iii) A dívida total do município desceu 4,2%, de 36.754.755€ para 35.204.920€ (Pág. 57), concluindo-se que a dívida desce por amortização dos empréstimos à banca, mas sobe por aumentar a dívida a fornecedores (Pág. 58).

D forma clara e transparente, sem qualquer engano, afinal a dívida não é de 50 milhões de euros como o senhor Presidente da Câmara tanto gosta de anunciar;

(iv) O passivo do município, que em 31 de dezembro de 2017 era de 77.534.154,13€, passou, em 31 de dezembro de 2018, para 85.194.051,51€, ou seja, o passivo aumentou 7.659.897,38€.

O ativo aumentou apenas 1.005.914,99€, donde resulta que os capitais próprios do município, digamos que, a “riqueza líquida” do município reduziu de 42.825.605,92€ para 36.171.623,53€, ficando o município de Lamego 18,4% mais pobre num só ano! (Pág. 67).

Concluimos que, para quem tinha a obsessão do passivo de 80 milhões, este executivo socialista está-se a empenhar fortemente em que passivo suba em vez de descer!

9 – Plano Plurianual de Investimentos - PPI

Este executivo socialista revelou-se incapaz de dar seguimento ao enorme conjunto de projetos financiados, aprovados e inscritos em Plano Plurianual de Investimentos.

De facto o executivo deu seguimento às obras herdadas do anterior mandato (Escola Latino Coelho, obras de saneamento de Souto Covo, Penude, Arneirós e Penajóia, caminho da Quelha – Avões e Arruamento de acesso à Vingada, em Lazarim) e está agora a executar as obras dos espaços do cidadão em Lamego, Britiande, Cambres e Vila Nova de Souto D'El Rei, também candidatados e contratualizados com a AMA – Agência da Modernização Administrativa no anterior mandato de coligação PSD/CDS.

Contudo, não avançou ainda nenhum dos projetos aprovados no PEDU, nem se afigurando viável a sua execução, face à falta de estratégia, à incompetência demonstrada pelo executivo para executar, às opções completamente erradas em termos de gestão financeira e ao desinteresse pelas principais áreas de ação municipal, nomeadamente a cultura, o desporto, a educação e a regeneração urbana.

Mas, por via das dúvidas, façamos algumas comparações:

Investimento em equipamentos culturais;

Previsto: 2.626,00€; executado no ano 2018: 0,00€ (zero euros);

- executado em anos anteriores: 1.134.675,12€ (um milhão, cento e trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco euros e doze cêntimos).*

Investimento em equipamentos desportivos;

Previsto: 149.374,00€; executado no ano 2018: 10.445,64 (dez mil, quatrocentos e quarenta e cinco mil euros e sessenta e quatro euros);

- executado em anos anteriores: 3.088.518,51€ (três milhões, oitenta e oito mil, quinhentos e dezoito euros e cinquenta e um cêntimos);*

Investimentos na educação

Mesmo com o projeto de 4 milhões de euros candidatado, aprovado e adjudicado pelo anterior executivo (Escola Latino Coelho) a execução da empreitada não decorreu como devia:

Previsto: 3.524.323,00€; executado no ano: 2.842.726,10€;

- executado em anos anteriores: 4.653.958,34€*

Investimento em empreitadas e aquisições de serviços diversos

Previsto: 296.189,00€; executado no ano 2018: 262.741,47€ (duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e um euros e quarenta e sete cêntimos);

- executado em anos anteriores: 1.153.859,10€ (um milhão, cento e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e dez cêntimos);*

Saliente-se o valor irrisório destinado aos Protocolos de Investimento a celebrar com as Juntas de Freguesia, no montante de 51.025,00€ (cinquenta e um mil e vinte e cinco euros) demonstrando bem o desprezo a que este executivo socialista vota as Freguesias. Destaco ainda a opacidade, ou seja, a falta de transparência das contas com as rubricas genéricas como “outros trabalhos especializados” e “outros serviços” e que absorvem respetivamente 287.065,52€ (duzentos e oitenta e sete mil e sessenta e cinco mil euros e cinquenta e dois cêntimos) e 1.525.513,58€ (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, quinhentos e treze euros e cinquenta e oito cêntimos);

Por tudo o acima exposto, entendo que o Relatório & Contas de 2018 do município de Lamego mostra, de forma clara e transparente, uma gestão financeira incompetente, irresponsável e ilegal, violando de forma grosseira a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a Lei das Finanças Locais e a Lei do Orçamento de Estado.

O Relatório e Contas não traduz adequadamente outras ilegalidades de carácter financeiro materializadas, nomeadamente:

- (i) nos pagamentos efetuados à Transdev após recusa de visto do Tribunal de Contas e em violação da Lei de Organização e Processo e Regulamento do Tribunal de Contas;*
- (ii) na execução de despesa com aquisição de água e tratamento de saneamento sem dotação orçamental, sem compromisso com fundos disponíveis e sem requisição externa;*
- (iii) a realização de centenas de despesas com fundos disponíveis negativos em clara violação da Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso;*
- (iv) a violação permanente e reiterada do estatuto da oposição negando-se o senhor Presidente da Câmara a disponibilizar aos vereadores a informação insistentemente solicitada.*

Face ao exposto e considerando as preocupações aqui expressas, voto contra a Conta de Gerência do exercício de 2018 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão.”

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** proferiu a seguinte declaração: “Voto favoravelmente as contas de gerência de 2018, no seguimento da posição assumida pelo Sr. Dr. José Alberto Lima, Revisor Oficial de Contas do Município de Lamego, o qual, na última reunião de Câmara Municipal assumiu, de forma perentória, não ter discordâncias ou desacordos, ou opinião adversa às contas, o que nos dá conforto e segurança para esta votação.

Voto favoravelmente estas contas, consolidando e consubstanciando a minha votação na forma como a Câmara fez a gestão da “coisa pública”, gerindo os fundos de todos, de forma séria, honesta, transparente e cumprindo criteriosamente com os compromissos que lhe eram devidos.

Não obstante, dos reflexos ainda sentidos pelo desgoverno em que mergulhou o Município de Lamego durante 12 anos, envolto em processos pouco transparentes, despesistas e condicionantes no que respeita à saúde financeira do município nos próximos anos, sem que de alguma forma se tenha sentido uma melhoria na qualidade de vida dos Lamecenses, devemos concordar que a gestão de 2018 repõe em Lamego os valores da decência e transparência que eu comungo e chancelo.

Fico estupefacta com as declarações aqui feitas por alguns Senhores Vereadores da oposição, que utilizam "engenharia de semântica" para escamotear a má gestão financeira levada a cabo pelos executivos que nos precederam, e deste modo pôr em causa a gestão atual.

Não obstante as dificuldades financeiras que a Câmara Municipal de Lamego apresenta, não se deixaram de satisfazer as necessidades dos munícipes, e não se deixou de manter a qualidade dos serviços prestados e o desenvolvimento de novos projetos, nomeadamente na educação, na cultura e na ação social, o que só foi possível com uma gestão criteriosa dos recursos financeiros e da racionalização dos recursos financeiros, materiais e humanos."

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração: *"Em primeiro lugar quero saudar o senhor Presidente da Câmara, pelo que foi atestado, na última reunião de Câmara, pelo ROC, em que afirmou que as contas iriam ser certificadas, caso fossem aprovadas pelo órgão Executivo.*

É patente algum paradoxo em algumas das intervenções dos senhores Vereadores, que não obstante, durante meses a fio se terem demarcado dos exercícios dos Executivos anteriores, neste momento, usam exatamente esse exercício de executivos anteriores para comparar com o exercício deste Executivo do ano de 2018. É interessante perceber que parece que tudo aquilo que foi feito nos mandatos anteriores cessou no dia 23 de outubro de 2017 e a partir daí o Executivo começaria com as contas a zero, de forma a que não tinha nenhum obstáculo e que houvesse um superavit no município e que o mesmo pudesse prover todos os cidadãos daquilo que realmente nós todos desejamos. Isso não é possível, porque o que esta para trás condiciona e muito a atuação do município no ano de 2018. Todos sabemos o que foi feito para trás e todos sabemos como foi condicionada a forma de atuação do nosso exercício e dos que a seguir virão por mor daquilo que foram os descabros e daquilo que foram os desvarios dos últimos mandatos. Todos sabemos que é muito simples baixar a dívida a fornecedores quando nem sequer essa dívida e trabalhos estavam titulados, como já tivemos exemplos na reunião de Câmara.

É muito fácil falar em aumento de despesas com recursos humanos quando nós todos sabemos porque motivo houve esse aumento e porque foram trazidos esses aumentos para o município, por força da lei em 2018.”

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração: “Os documentos em discussão foram elaborados pela Divisão de Finanças e Património sob proposta do seu Chefe. São documentos da Câmara e relatam a atividade desenvolvida pelo Executivo em permanência, mas são as contas da Câmara Municipal de Lamego.

No que diz respeito à intervenção do ROC, na última reunião, importa saber que o ROC, responsável pela certificação legal de contas, responde somente à Assembleia Municipal, não é nenhum órgão de intervenção prévia e não está ao serviço do Executivo Municipal. Agradeço as palavras proferidas pelo senhor Vereador António Pinto Carreira, no que toca ao reagendamento por mim efetuado deste assunto; não tem de agradecer, pena foi que alguns dos senhores Vereadores se limitassem a aspetos parcelares e depois tirassem conclusões absolutamente erradas como caso a caso passarei a demonstrar.

Quanto aos aspetos mais significativos da conta de gerência, os mesmos constam do relatório, na parte 03-resumo, e já foram abordados na última reunião. A percentagem do desempenho da receita ronda os 90% e da despesa ligeiramente inferior.

Não houve agravamento de impostos diretos e indiretos, como bem é do conhecimento dos senhores Vereadores, bem pelo contrário. De uma forma responsável no presente exercício, 2019 fiz uma proposta de aumento, o que não foi aceite pelos senhores Vereadores. Em 2018, bem pelo contrário foi feita uma diminuição dos mesmos, o que foi censurada pelos senhores Vereadores que agora fazem apreciação em sentido contrário, nomeadamente os da Coligação CDS/PPM.

Do lado da despesa é referido, de forma insistente e difamatória, a questão do aumento com despesas de pessoal; tal aumento deve-se, constando do relatório, ao aumento do número de trabalhadores, por força de celebração de contrato a termo com 62 trabalhadores que eram das Associações de Freguesias que passaram em 2017 para o município em regime de cedência por interesse público (tal evolução é bem patente de 2016 para 2017, cujo aumento passa de 225 para 282 e do ano de 2017 para 2018 há um aumento de 282 para 292 trabalhadores), o que é do conhecimento dos senhores Vereadores, bem como o número de trabalhadores em regime de avença.

O aumento de despesas com pessoal decorre, por um lado, do reconhecimento dos direitos de 73 trabalhadores e, por isso, não resultam de qualquer situação de compadrio ou de avenças de utilidade duvidosa, como se insinuou ou até se afirmou e cuja veracidade não posso, de modo algum, aceitar ou permitir. O número de contratos de avença celebrados, dizem respeito à prestação de serviços nos equipamentos

municipais, como é do conhecimento dos senhores Vereadores, nomeadamente: Núcleo Arqueológico, Castelo, CIMI e Posto de Turismo.

Por outro lado, também o staff político ficou aquém do número de pessoas utilizadas nos mandatos anteriores, como é do conhecimento dos senhores Vereadores.

Quanto às obras, reafirmo mais uma vez que as mesmas são do Município e quando se gasta dinheiro numa obra não se pode gastar noutra e, contrariamente àquilo que os senhores Vereadores manifestaram em posições assumidas através de comunicação social, existe obra feita. Quando dizem que a obra não existe, é manifestamente falso, como aliás foram obrigados a reconhecer agora, já que o investimento, em 2018, é de 3.600.000€.

Não é verdade o abandono das freguesas, porquanto foram respeitados os protocolos de delegação de competências e foram feitos investimentos nas mesmas, decorrentes de obras públicas que estavam em curso. E, nomeadamente, ao longo de 2018, foram mantidos os mesmos serviços que só eram feitos na zona urbana, concretamente os de iluminação.

No que diz respeito a outro sofisma, é do conhecimento dos senhores Vereadores, com exceção da dívida da água, que o prazo de pagamento a fornecedores é quase imediato. Em 31/12/2018, com exceção das Águas do Norte e com exceção das faturas em conferência, não havia fornecedores a aguardar pagamento, sendo este facto inquestionável. Portanto, não se tratou de nenhuma situação faturas na gaveta, mas sim de uma gestão absolutamente transparente, do conhecimento dos senhores Vereadores e de todos os munícipes. Sendo certo que tenho de assumir um pequeno aumento do passivo, que ronda os 80 milhões de euros.

Não se pode classificar esta gestão de gestão errada, porque essa foi a que aconteceu nos mandatos PSD/CDS, porquanto as últimas contas de então, não mereceram sequer a apreciação do ROC, por não estarem em conformidade legal, para além de não terem merecido a apreciação política. Por isso, não posso aceitar qualquer difamação desta gestão, quando em 2016 o município nem sequer prestou contas regularizadas. Quando em 2018, as contas de 2017 foram apresentadas pelos Serviços, respeitantes à gestão do PSD/CDS, foi a atual gestão em permanência a aprová-las, porque estavam conformes com os documentos constantes dos registos municipais. Da mesma maneira que as contas de 2018 estão conformes com os registos municipais que são completamente transparentes.

Sublinho que para as famílias e associações foram transferidos 760.000€, bem demonstrativo da preocupação com as famílias.

Quanto às rubricas genéricas, os documentos comprovativos dos gastos estão devidamente discriminados na prestação de contas e devidamente escalpelizadas pelo ROC e à disposição dos senhores Vereadores.

As contas plasmam as orientações políticas desta gestão Socialista, suscetível de ser criticada no que diz respeito às prioridades, o que admito democraticamente. Plasmam o investimento, efetuado não obstante o problema estrutural das contas do município, cujo plano de ajustamento financeiro nunca foi cumprido desde que foi contratualizado, igualmente acontecendo com o saneamento financeiro.

Outro sofisma que desminto categoricamente, o que também é do conhecimento dos senhores Vereadores, refere-se aos projetos do PEDU, que eram inexistentes, à data de 23/10/2017. Apenas estava contratualizada com os gabinetes técnicos, no montante aproximado de 500 mil euros, a sua execução, existindo então meros esboços nos serviços municipais.

Os projetos de arquitetura foram aprovados neste Executivo, até ao fim do ano de 2017, sendo que na última reunião de Câmara, foi aprovado mais um projeto, agora de execução, bem representativo de que estamos a dar passos certos na implementação da melhoria da qualidade de vida dos lamecenses. O que está plasmado nestas contas que refletem o pagamento daqueles 500 mil euros às empresas contratualizadas e cuja participação o ainda não chegou ao município, como é do conhecimento dos senhores Vereadores.

Com a aprovação destes documentos, tornar-se-á clara, transparente e rigorosa a gestão levada a cabo pelo Executivo em permanência.”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** acrescentou o seguinte: *“Em momento algum coloquei em questão a elaboração das contas, pois sei bem que são elaboradas pela Divisão de Finanças e Património.*

Divergimos na interpretação do senhor Presidente, quanto ao ROC, pois se o ROC faz relatórios verbais, porque razão não faz relatórios escritos. Admitindo a possibilidade de haver diversas interpretações da lei, se fosse Presidente da Câmara jamais traria a deliberação do Executivo a prestação de Contas, sem que as mesmas viessem acompanhadas da pronúncia do ROC, pois na verdade o ROC é nomeado pela Assembleia Municipal, sob proposta do Executivo e, nesta perspetiva, tem responsabilidade para com este último.

O senhor Presidente da Câmara não pode queixar-se que, por um lado não tem projetos e por outro queixar-se que tem 500 mil euros para pagar. Na verdade, os projetos foram adjudicados durante o ano de 2017 e os 500 mil euros só são devidos quando os projetos forem entregues na totalidade.

Reiterou que não há como fugir à questão do passivo que aumentou; a dívida também aumentou e não há, igualmente, como fugir à questão de que, na verdade, estamos a caminhar para a insustentabilidade e daí eu referir que há falta de convergência na trajetória dos resultados financeiros tendo em vista a sustentabilidade.

Pese embora entenda o discurso de rigor e de transparência, o que é facto é que os resultados não nos demonstram essas conclusões, o que é pena.

Em consciência, não me revejo nas acusações difamatórias, olho para as contas de uma forma objetiva, admitindo, porém, que as olhe do “outro lado da ponte” em relação ao ponto de vista do presidente da camara, como é óbvio.”

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** acrescentou o seguinte: *“Não houve da minha parte em momento algum, qualquer intenção de difamar fosse quem fosse, foi apenas a minha leitura sobre as contas.*

Em relação ao passivo, se bem se recorda, fui eu que referi o valor do passivo, mas também referi que o passivo não se confundia com a dívida aos bancos, o que mantenho. Pelo que não reconheço nada agora, ao contrário do que referiu o senhor Presidente da Câmara, a mesma posição é a mesma, não tendo mais nada a acrescentar àquilo que já referi anteriormente sobre o que as contas revelam.”

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu ainda o seguinte: *“Após as declarações do senhor Presidente da Câmara, fiquei com a sensação que o senhor Presidente não leu o relatório de contas ou a sua versão não é igual à minha.*

Das abordagens que referi anteriormente, fiz questão de referenciar e de indicar o número da página de onde constavam as mesmas, pelo que não entendo as explicações proferidas pelo senhor Presidente da Câmara, aconselhando-o a ler o relatório.”

O senhor **Presidente da Câmara** acrescentou o seguinte: *“Os projetos do PEDU estão integralmente pagos, com exceção de parte do Parque Urbano, cujas faturas ainda não estão conferidas. Foram realizados no período que mediou entre 23/10/2017 a 29/12/2017 e cujas arquiteturas foram aprovadas em sede de Câmara, portanto, foi um trabalho deste Executivo.*

Relativamente às citações do relatório, de facto o Vereador José Correia da Silva não leu por exemplo, a página 42 e cito: “Destaca-se os atrasos de pagamento, em 31/12/2018, estarem relacionados apenas e só com a dívida ao fornecedor Águas do Norte”. Quer isto dizer que à data de 31/12/2018, não havia dívidas a fornecedores no Município de Lamego. Outro exemplo, na página 41, relativamente às despesas com pessoal, diz que o pessoal contratado a termo em 2016 foi de 63 mil euros, em 2017 foi de 253 mil euros e em 2018 foi de 423 mil euros. A apreciação tem de ser feita com base nestes números. Não vale retirar citações isoladas e depois fazer conclusões absurdas e erradas.

Há uma completa transparência e um completo rigor na análise e na apresentação dos documentos, estas contas plasmam aumento do endividamento que decorre do desequilíbrio crónico e do incumprimento dos planos de ajustamento financeiro e saneamento financeiro, o que vem avolumando o passivo, o que tenho de assumir e que teremos todos de discutir.

A gestão foi tão rigorosa que o saldo de gerência transitou com cerca de 1 milhão de euros, portanto há que retirar ao valor da dívida este valor do saldo de gerência.”

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu o seguinte: “Pergunto ao senhor Presidente da Câmara o PEDU foi aprovado com base em quê?”

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu o seguinte: “*Como é do conhecimento do senhor Vereador José Correia da Silva, o contrato de financiamento do PEDU foi assinado pelo Município de Lamego, em 31/03/2016 e apenas o contrato de financiamento, tal como consta da proposta de deliberação para a declaração de utilidade pública urgente de expropriação do Parque Urbano de Lamego, aprovado nesta reunião.*”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor, do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha, com três votos contra, do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, António Pinto Carreira e José Correia da Silva e com uma abstenção do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, aprovar os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano económico de 2018, bem como aprovar a proposta de aplicação de resultados, que faz parte integrante do relatório de gestão.

Mais foi deliberado, submeter este assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração de voto: “*Fundamento o meu voto contra, pelas razões e justificações atrás aduzidas, que aqui se dão por transcritas*”.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: “*Fundamento o meu voto contra, pelas razões e justificações atrás aduzidas, que aqui se dão por transcritas*”.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** proferiu a seguinte declaração de voto: “*Voto pela abstenção, tendo em conta as razões atrás aduzidas, que aqui se dão por transcritas*”.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu a seguinte declaração de voto:
“Fundamento o meu voto contra, pelas razões e justificações atrás aduzidas, que aqui se dão por transcritas”.

03-ASSUNTO: RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO (PAF) (COD. 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 304/27/2019 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“No seguimento da informação n.º 2486/2019, do Chefe da Divisão de Finanças e Património, que refere que o presente relatório foi elaborado, como tem sido hábito, tendo em conta as disposições legais constantes no Regime das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e o DL n.º 43/2012, de 31 de agosto.

Este, visa retratar a situação financeira do Município, de modo a que a Assembleia Municipal disponha de dados essenciais que lhe possibilite, proceder ao acompanhamento do PAF – Plano de Ajustamento Financeiro, que engloba os empréstimos: PAEL e SF, dando cumprimento ao preceituado legal em vigor e que o obriga.

Conforme decorre do disposto no n.º 5 do artigo 59.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, “Durante o período de empréstimo “saneamento Financeiro”, o Município fica obrigado a:

- a) Cumprir o Plano de Saneamento Financeiro;*
- b) Não celebrar novos empréstimos de Saneamento Financeiro;*
- c) Remeter à DGAL os relatórios sobre a execução do Plano de Saneamento.*

Dispõe igualmente a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do DL n.º 43/2012, de 31 de agosto (Criou o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívida dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias), que “o acompanhamento do PAEL é efetuado pela Assembleia Municipal, através de informação prestada pela câmara municipal, que integra obrigatoriamente a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no Plano.”

Diz-nos ainda o n.º 6 do artigo 59.º da citada Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que “o acompanhamento do plano de saneamento cabe ao município, através de elaboração de relatórios semestrais, sobre a execução do plano financeiro pela câmara municipal e da sua apreciação pela Assembleia Municipal”.

Este relatório de acompanhamento, que coincide com o fecho de contas do exercício findo, é apresentado para que estes possam proceder a uma monitorização atenta.

Assim desta forma propõe-se:

- a) Apreciação do relatório de execução do Plano de Ajustamento Financeiro, reportado ao período de janeiro e dezembro do ano 2018;*
- b) Remeter à Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos do n.º 6 do artigo 59.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;*
- c) Remeter aos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março e à DGAL os relatórios sobre a execução do plano de saneamento, no prazo máximo de 30 dias;*
- d) Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”*

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** referiu apenas que não podia fazer uma apreciação favorável ao relatório de execução do Plano de Ajustamento Financeiro, reportado ao período de janeiro e dezembro do ano 2018.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração:

“Sr. Presidente:

Senhores Vereadores:

Apreciando, como se propõe e de forma objetiva o documento que nos é presente tenho de dizer, à semelhança do que já referi aquando do conhecimento das informações financeiras de Janeiro e Fevereiro de 2019, que, como vereador com responsabilidades e como lamecense, estou muito preocupado, como deveremos estar todos.

Se exercesse o cargo de Presidente da Câmara ficaria muitíssimo preocupado, incomodado, triste e até embaraçado com o que se diz no relatório de execução anual (PAF 2018).

Seguimos a recomendação do relatório, fazendo uma leitura atenta, bem como uma análise cuidada da informação disponível.

1- Consolidação do passivo: Amortização efetivada: No PAEL e Saneamento financeiro, amortizou-se, como previsto a quantia de €. 1.181.509,60, verificando-se uma dívida de €. 9.367.841,16.

2- Limite de endividamento municipal: O município encontra-se, de acordo com a lei no intervalo 1,5 e \leq 2,25 o que determinaria a inclusão obrigatória em saneamento financeiro. Porém, como já está nessa situação, não pode, socorrer-se desse mecanismo.

3- A dívida a fornecedores e outros credores atingiu em 31/12/2018 o valor de €. 6.510.039,00, o que representa um aumento de 31,2% em relação ao ano de 2017.

4- O prazo médio de pagamento passou, como se disse para o preocupante número de 199 dias, aumento substancial o que revela nas palavras do relatório “ as dificuldades de tesouraria do Município em solver os compromissos de curto prazo”.

5- Na comparação entre a receita cobrada com a receita prevista, ressalta que a receita corrente que ficou por cobrar foi de €. 1.789.410,98, o que, também no que refere o relatório “ tal demonstra que a receita foi empolada (...) a DFP recomenda superiormente, ajustamento da despesa à receita apurada e se analisarmos o desvio da receita e compromissos assumidos e não pagos, são eminentes os riscos de rutura na tesouraria, em solver os compromissos de curto prazo”.

6- Comparação da despesa orçada, comprometida e paga: Registou-se um acentuado aumento da despesa na ótica do compromisso assumido. (€. 11.183.338,37, um aumento de 17% em relação ao ano de 2017. Significa um aumento que se acumulou ao desequilíbrio crónico. Também aqui, nas palavras do relatório “a despesa comprometida no exercício económico foi sustentada numa dotação previsional de receita empolada”.

7- Quanto ao montante da dívida já nos pronunciamos sobre essa matéria, pelo que aqui nos remetemos para essas declarações. No entanto, o quadro da página 23 demonstra que estava certa a intenção do nosso programa eleitoral apresentado aos lamecenses em 2017, em baixar os impostos municipais no 3º ano de mandato ou seja em 2020, porque no final do ano de 2019 o montante dos empréstimos atingia o valor de €. 26.087,98700, o que representa uma clara diminuição em relação ao valor de 2017 que era de €. 31.792.672,00, ou seja cerca de 5,8 milhões de euros. Esse seria o momento adequado para as finanças municipais e não outro escolhido, apenas, por razões eleitorais.

Sr. Presidente:

Senhores Vereadores:

O relatório fala por si. Não necessitaremos de fazer grandes incursões de carácter político ou outras para verificar, com tristeza, que as coisas vão de mal a pior. Os números são o que são e revelam objetivamente a situação financeira do município.

Mas vejamos atentamente, como nos pediram, o conteúdo das conclusões:

Aí diz-se o seguinte:

- Evidencia-se um agravamento acentuado da dívida de curto prazo, o que contribui para o agravamento do desequilíbrio orçamental com consequências nefastas nos anos que se seguirão.

- A execução orçamental de 2018 verificou um desvio significativo que coloca em causa a auto- sustentabilidade do plano de ajustamento financeiro, bem como o não cumprimento

da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso e poderá levar em última instância ao incumprimento de todas as contingências.

E recomenda que “o Município adote medidas de contenção no muito curto prazo”.

E, ainda, mais adiante refere “ A situação do Município está a agravar-se nos últimos anos (...) ficando plasmado que o Município está em risco de não ter disponibilidades financeiras suficiente para execução de despesas certas e permanentes para fazer face (...) aos compromissos certos e permanentes no curto prazo”.

Na verdade, se o município está em risco de não ter disponibilidades para fazer face a despesas certas e permanentes, naturalmente está em risco de não pagar salários, não pagar a fornecedores de bens e serviços de natureza permanente, nem solver os compromissos bancários. É, por isso, imperioso tomar medidas de redução de despesas que, mesmo parecendo importantes não serão essenciais para a solvabilidade das contas do município. É tempo de definir prioridades, mesmo no que concerne aos investimentos e, portanto, nas despesas de capital.

Enfim, este relatório contém reservas, preocupações, recomendações que não são cumpridas, vários alertas suplicando “ contenção de despesas e maximização da receita com, medidas austeras, que passa inevitavelmente pelo aumento de impostos e taxas, como principalmente pelo corte de despesas. E, continua na pag. 30 “caberia ao órgão executivo aprovar um novo plano de ajustamento financeiro, com base em projeções que garantissem a aprovação e execução de orçamentos futuros, cumprindo as regras e princípios do equilíbrio orçamental, mas também eu permitisse a redução da dívida de curto prazo.”

Daqui se conclui que o relatório é absolutamente arrasador para o executivo em funções, não registando qualquer conduta positiva que deve ser evidenciada e ressaltada.

De nada têm servido os alertas e as recomendações da DFP, como é bom de ver. Volto aqui, de novo, no cumprimento do dever de lealdade para com os lamecenses e no desempenho do compromisso que assumi no dia da tomada de posse, porque todos juramos pela nossa honra que vale mais do que a vida, cumprir com lealdade as funções que nos foram confiadas, a dizer ao executivo em funções que tome medidas, como é seu dever, porque para tal foram eleitos.

A situação financeira do município exige um redobrado esforço do executivo em funções e deverá ter como desígnio para o mandato esta matéria, colocando-a à frente de todas, mas de todas mesmo, porque não existe vida se não existir o mínimo de equilíbrio nas finanças municipais. E neste aspeto foi um ano perdido, porque se perdeu tempo e se agravou a situação. Ainda dispõem de mais de 2 anos para fazer ao menos parte do que já deveriam ter feito, mas a ser assim deixarão o município numa situação bem pior do

que aquela que encontraram quando iniciaram funções. Como se costuma dizer “quem me avisa, meu amigo é”. Não me movem interesses pessoais ou políticos nesta matéria, nem estou subordinado a nenhum diretório partidário, mas estou preocupado com o interesse público, com o meu concelho, com a minha cidade, com os meus concidadãos e com os vindouros, porque foi POR TODOS, se bem se lembram, que me apresentei a eleições em 2017.

Porém, no cumprimento da lei não me oponho a que o órgão deliberativo aprecie o relatório e que, posteriormente, seja o mesmo enviado às entidades competentes como o determinam as Leis números 38/2008 de 7 de Março e 73/2013 de 3 de Setembro.”

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu a seguinte declaração:

“Senhor Presidente e senhores Vereadores, sobre a execução do Plano de Ajustamento Financeiro - PAF, o parágrafo de abertura da página 33 do Relatório de Execução Anual, efectuado pelo excelentíssimo Chefe de Divisão de Finanças e Património, Dr. Nelson Martins a quem aproveito para, neste momento, lhe endereçar os parabéns pela competência e profissionalismo dedicados ao excelente trabalho realizado na produção, quer deste Relatório do PAF, quer no Relatório & Contas do Município de 2018, diz praticamente tudo e passo a citar:

"A execução do orçamento 2018 verificou um desvio significativo que coloca em causa a autossustentabilidade do Plano de Ajustamento Financeiro, bem como o não cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, poderá levar, em última instância ao incumprimento de todas as contingências patenteadas no próprio, levando ao Desajustamento Orçamental do Município."

Ora, a responsabilidade pela execução do Orçamento de 2018 recai exclusivamente sobre Vossa Excelência, senhor Presidente.

Citando ainda o Relatório onde refere que:

"Assim, associado ao montante de compromissos assumidos e não pagos em 31.12.2018 e a execução da receita não cobrir a totalidade dos mesmos, alertamos para o risco do agravamento do desequilíbrio orçamental com consequências para as contas do Município nos anos seguintes, materializada na realização de e/ou existência de despesas muito acima da real capacidade financeira do Município para fazer face, atempadamente, aos compromissos assumidos, concretamente, no que se refere ao fornecedor Águas do Norte, S.A."

Analisando bem senhor Presidente, não se trata apenas de um problema de receita, pois a receita cobrada subiu mais de 4 milhões de euros em relação a 2017, trata-se mesmo de um problema de despesa descontrolada e inútil, e olhando para os números tal como retrata o Relatório:

"É evidente na execução orçamental da despesa (despesa paga), a receita cobrada (23.604.981,71€) revelou-se insuficiente para fazer face às despesas assumidas (27.596.832,01€). A despesa paga foi apenas de 22 milhões de euros."

E este impulso despesista teve início, tal como alertei em devido tempo, na previsão de receitas orçamentais irrealistas, nomeadamente a venda de património e venda de bens e serviços, o que agora se constata no Relatório:

"Conforme é evidente pela execução orçamental de 2018, houve um manifesto empolado da previsão do orçamento da receita corrente (-? 2.820.760€), que permitiu assumir a despesa corrente (assumida e não paga), não cumprindo assim com o princípio do equilíbrio corrente, em virtude dos alertas constantes da Divisão de Finanças e Património, para aplicar um plano de contenção da despesa e aumento da receita."

A ser assim e fazendo fé na análise do senhor Chefe de Finanças e Património, facilmente se chega à conclusão que este executivo socialista não sabe orçamentar, não sabe gerir e não sabe gastar... está simplesmente a arruinar o Município de Lamego."

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração: *"Relativamente à venda do património, os valores constantes do orçamento de 2018 e que se repetiram no orçamento de 2019, não são valores empolados, são valores, eventualmente, alcançáveis, estando em curso procedimentos de venda de património do município, nomeadamente, as escolas, edifício do antigo posto do turismo, edifício na Av. Dr. Alfredo de Sousa, bens imóveis de elevado valor patrimonial.*

A dívida que conta para o endividamento municipal baixou em 16%, como consta do relatório.

A situação financeira de 2018, resulta da gestão acumulada e do incumprimento reiterado desde 2013 e agravado pela internalização da Lamego Renova com um endividamento bancário de 15 milhões de euros e, nomeadamente, com a prestação mensal de 80 mil euros o que onera anualmente as contas do município em 960 mil euros. É esta despesa errática feita especialmente nos últimos mandatos pela Coligação PSD/CDS, que têm consequências diretas na gestão do ano de 2017 e de 2018.

Não pretenda agora dizer que as coisas estavam equilibradas e cumpridas até outubro de 2017 e que agora em ano e meio se colocou o Município de Lamego numa situação de incumprimento, nada disso. Cada um de nós vai ter de assumir as responsabilidades por aquilo que andou a fazer, independentemente das funções que desempenhou.

O relatório de execução do PAF plasma, com toda a fidelidade, a situação financeira a que chegamos, particularmente nos dois últimos mandatos, com especial incidência no último. Aliás o relatório faz a análise da evolução do município nos últimos quatro anos, sendo fácil de perceber as razões principais porque aqui chegamos, pela gestão errática,

despesista, sem qualquer limite, quer nos grandes e pequenos pormenores. Por isso, não se pode estabelecer comparações desta natureza.

Solicito a colaboração dos senhores Vereadores na assunção de medidas que possam travar este percurso de desequilíbrio e refleti-lo no sentido da sustentabilidade que se impõe.

No corrente ano, por força da antecipação de fundos, aprovada pela Câmara, não há risco de não solvermos os nossos compromissos, com procedimentos devidamente validados ou executados, nomeadamente com o pagamento de salários e com pagamento a fornecedores de bens e serviços de natureza permanente.”

Deliberação: A Câmara Municipal tomou conhecimento do relatório anual de execução do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF), conforme decorre do disposto do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março e do disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

Mais foi deliberado, submeter este assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

04-ASSUNTO: TRANSAÇÃO NA INJUNÇÃO – OBRA KOLPING DE PORTUGAL (COD 17)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 308/17/2019 do senhor Presidente da Câmara, que refere que a Obra Kolping de Portugal instaurou contra o Município de Lamego, a injunção supra identificada, no valor de € 4.559,22, relativo ao serviço de alojamento para 209 dormidas, entre os dias 9 a 17 de setembro de 2017, nas suas instalações sitas na Quinta da Cruz Alta, em Lamego.

A Obra Kolping de Portugal requerente nos autos concordou em reduzir o pedido para € 3.708,50 (três mil setecentos e oito euros e cinquenta cêntimos), conforme minuta de transação que se anexa, sendo €3.657,50 referentes à dívida principal e € 51,00 relativos à taxa de justiça.

Para verificação da prestação dos serviços efetuados e da minuta de acordo pretendido, junta-se a respetiva documentação, com confirmação da execução dos mesmos.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere aprovar a minuta de transação a celebrar, que se anexa a esta proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** complementou a proposta de deliberação aditando o seguinte teor: *“Em face da urgência decorrente do prazo da dedução de oposição, a proposta de deliberação é submetida a votação, sendo que a validade da transação é condicionada aos procedimentos financeiros inerentes.”*

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, condicionada à existência de cabimento e fundos disponíveis, com seis votos a favor, do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha, do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, António Pinto Carreira e José Correia da Silva e com um voto contra do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Este tipo de assunto tem vindo à reunião de Câmara e o meu sentido de responsabilidade obriga a analisar esta situação e a votá-la favoravelmente, não só nesta, como em todas as outras que sejam devidamente justificadas e provadas que o trabalho/serviço foi efetivamente feito ou prestado pelas empresas, sejam elas de pequena ou de grande dimensão, o que importa é que prestaram o seu trabalho ou serviço ao Município.*

Entendo, por isso, que o Município deve ser uma pessoa de bem e deve assumir as responsabilidades que lhe cabem, ainda que tenhamos nós de resolver os problemas do passado, porque outros irão, também, resolver os nossos que estamos a criar neste momento, pelo que votei favoravelmente, uma vez que a despesa está devidamente justificada.”

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto favoravelmente, tendo em conta que o serviço foi prestado, no seguimento de requisição interna emitida e cabimento autorizado, conforme consta dos documentos anexos, só não terá sido emitida a requisição externa, pelo que não restam dúvidas que o Município é devedor desta quantia e, como tal, deve proceder ao seu pagamento.*

No entanto, tendo em conta que a proposta de deliberação não está sustentada, na informação, do cabimento para a despesa, ficará a mesma condicionada ao respetivo cabimento.”

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto contra, esta proposta, em conformidade com as posições anteriormente já assumidas em assuntos de igual natureza.*

Não ponho em causa a prestação do serviços, a minha duvida é saber quem é o responsável pelo pagamento, uma vez que não foram cumpridas as obrigações legais que uma situação desta natureza obriga e nestes casos a lei dos compromissos determina que quem é responsável pelo pagamento não é o órgão em si, ou seja, a Câmara, mas sim o titular do órgão que ordenou esta despesas ilegal, pelo que voto contra.”

O senhor **Vereador José Correia da Silva** declarou que subscreve a declaração de voto proferida pelo senhor Vereador António Pinto Carreira.

05-ASSUNTO: TRANSAÇÃO NA INJUNÇÃO – KADAMUSICA UNIPessoal, LDA. (COD 17)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 309/17/2019 do senhor Presidente da Câmara, que refere que a sociedade Kadamusica Unipessoal, Lda. instaurou contra o Município de Lamego, a injunção supra identificada, no valor de € 6.310,10, relativo à realização de um espetáculo com a sua banda musical Uskada Kasa, no dia 30.08.2017, no âmbito das Festas em Honra da Nossa Senhora dos Remédios.

A Kadamusica Unipessoal, Lda. requerente nos autos concordou em reduzir o pedido para € 5.944,50 (cinco mil novecentos e quarenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), conforme minuta de transação que se anexa, sendo €5.842,50 referentes à dívida principal e € 102,00 relativos à taxa de justiça.

Para verificação da prestação dos serviços efetuados e da minuta de acordo pretendido, junta-se a respetiva documentação, com confirmação da execução dos mesmos.

Assim, proponho à Exma. Câmara Municipal que delibere aprovar a minuta de transação a celebrar, que se anexa a esta proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** complementou a proposta de deliberação aditando o seguinte teor: *“Em face da urgência decorrente do prazo da dedução de oposição, a proposta de deliberação é submetida a votação, sendo que a validade da transação é condicionada aos procedimentos financeiros inerentes.”*

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, condicionada à existência de cabimento e fundos disponíveis, com seis votos a favor, do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha, do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, António Pinto Carreira e José Correia da Silva e com um voto contra do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Este tipo de assunto tem vindo à reunião de Câmara e o meu sentido de responsabilidade obriga a analisar esta situação e a votá-la favoravelmente, não só nesta, como em todas as outras que sejam devidamente justificadas e provadas que o trabalho/serviço foi efetivamente feito ou prestado pelas empresas, sejam elas de pequena ou de grande dimensão, o que importa é que prestaram o seu trabalho ou serviço ao Município.”*

Entendo, por isso, que o Município deve ser uma pessoa de bem e deve assumir as responsabilidades que lhe cabem, ainda que tenhamos nós de resolver os problemas do passado, porque outros irão, também, resolver os nossos que estamos a criar neste momento, pelo que votei favoravelmente, uma vez que a despesa está devidamente justificada.”

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto favoravelmente, tendo em conta que o serviço foi prestado, no seguimento de requisição interna emitida e cabimento autorizado, conforme consta dos documentos anexos, só não terá sido emitida a requisição externa, pelo que não restam dúvidas que o Município é devedor desta quantia e, como tal, deve proceder ao seu pagamento.*

No entanto, tendo em conta que a proposta de deliberação não está sustentada, na informação, do cabimento para a despesa, ficará a mesma condicionada ao respetivo cabimento.”

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto contra, esta proposta, em conformidade com as posições anteriormente já assumidas em assuntos de igual natureza.*

Não ponho em causa a prestação do serviços, a minha duvida é saber quem é o responsável pelo pagamento, uma vez que não foram cumpridas as obrigações legais que uma situação desta natureza obriga e nestes casos a lei dos compromissos determina que quem é responsável pelo pagamento não é o órgão em si, ou seja, a Câmara, mas sim o titular do órgão que ordenou esta despesas ilegal, pelo que voto contra.”

O senhor **Vereador José Correia da Silva** declarou que subscreve a declaração de voto proferida pelo senhor Vereador António Pinto Carreira.

06-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

07-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às doze horas, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

Presidente
Secretária

A Secretária